



Vol. 13: 33-51, 2020

## INVISIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDÍGENA NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

BARBOSA, Rômulo<sup>1</sup>; SILVEIRA, Edson<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Roraima – UERR, Ministério Público do Estado de Roraima – MPE/RR.

<sup>2</sup> Ministério Público do Estado do Amazonas - MPE/AM.

### RESUMO

As políticas de desenvolvimento para o espaço amazônico não geraram os benefícios sociais proporcionais ao passivo ambiental gerado, expresso na alteração negativa do ecossistema primitivo em vários pontos da região. Buscam-se alternativas socioeconômicas entre opções extremas, fora da insuficiente opção da contemplação /intocabilidade da floresta ou da insustentável superexploração dos recursos naturais. É necessário um pensamento mais complexo e sintonizado com a realidade regional, de maneira a respaldar criação de modelos desenvolvimentistas que considerem especificidades sociais e culturais amazônicas. Nessa senda, vislumbram-se iniciativas no Estado de Roraima, conjugando os padrões de sustentabilidade estabelecidos e a inserção dos povos originários no processo produtivo, como autênticos agentes econômicos. Urge ao Poder Público, avançando no processo de ruptura da histórica “invisibilização” das sociedades indígenas verificadas no país, o fomento de tais práticas por meio de políticas públicas proporcionais aos potenciais econômicos e sociais respectivos.

**Palavras-chave:** Amazônia – Desenvolvimento – Povos Originários – Sustentabilidade

### ABSTRACT

The development policies for Amazonian territory did not generate social benefits in the same proportion as they produced environmental degradation, as we currently see with the negative impact onto the native ecosystem in many places of its region. Socioeconomic alternatives are sought among extreme options, apart from the insufficient option of contemplation / untouchability of the forest or unsustainable overexploitation of natural resources. It requires a more complex thinking and attuned to the regional reality, in order to support the creation of developmental models that consider Amazon social and cultural specificities. In this way, initiatives are seen in the State of Roraima, combining established sustainability standards and the insertion of indigenous peoples into the productive process, as authentic economic agents. It urges the Public Power, advancing in the process of breaking the historical "invisibilization" of indigenous societies verified in the country, the promotion of such practices by means of public policies proportional to the respective economic and social potentials.

**Keywords:** Amazon – Development – Native Peoples – Sustainability.



## **1. Introdução**

As políticas de desenvolvimento socioeconômico programadas e executadas pelos Governos Centrais na Amazônia Brasileira, desde o seu período colonial, demonstram a insuficiente compreensão dos reais agentes políticos e econômicos naquele espaço territorial, deixando de enfatizar não somente sua peculiar biodiversidade como ainda importante sociodiversidade, fatores não equacionados pela lógica do capitalismo expansionista, desencadeado na região desde seu estado primitivo do mercantilismo; passando pela indústria da transformação ao seu estágio financeiro e globalizado; findando em tempos atuais com o capitalismo mundializador.

Neste momento civilizatório em que vivemos, assiste-se inegável influência da visão socioambientalista como fundamento das políticas públicas, bem como avanço conceitual dos vários ramos das ciências rumo ao pensamento complexo, pontuando a questão ambiental como forma de embasar a criação de uma sociedade moderna na Amazônia, integrada à economia global de mercado, apoiada no uso adequado dos seus recursos naturais renováveis, com respeito ao modo de vida dos seus povos originários e fincada na premissa da justa repartição dos frutos quando utilizados os conhecimentos tradicionais associados.

Este trabalho é fruto de uma investigação teórica e também de ordem prática, com intuito de fazer uma revisão da literatura que trata sobre as políticas de desenvolvimento concebidas para Amazônia, de maneira a contribuir com a reflexão crítica sobre perspectivas de novos cenários de desenvolvimento econômico e social para a mesma região, contemplando, assim, as especificidades que a caracterizam e não perdendo de vista os

conflitos e desigualdades patrocinados pela tensão entre os objetivos nacionais, interesses das populações locais e capitalismo globalizante.

O trabalho encontra-se dividido em duas sessões teóricas e uma de fundo concreto, abordando-se na primeira histórico de políticas públicas concebidas para Amazônia desde a sua colonização portuguesa, enfatizando-se primordialmente programas legais de governo realizados até o século passado e à margem da discussão com seus povos originários.

Na segunda parte, enfrenta-se as implicações do discurso socioambientalista na promoção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico equânime para a Amazônia e sob os ditames de uma racionalidade mais voltada para a conservação ambiental, com a necessidade de participação direta das suas comunidades tradicionais tanto na elaboração quanto na execução das políticas públicas desse jaez.

Logo após análise dos sobreditos marcos temporais e teóricos, descreve-se a realidade peculiar de uma parte da Amazônia Brasileira, mais especificamente citando o Estado de Roraima como exemplo daquele anterior estado de coisas e talvez laboratório pulsante dos novos paradigmas a serem experimentados na região, em razão justamente dos primeiros resultados que por lá já se destacam como importantes vetores econômicos e de sustentabilidades socioambiental.

Convém destacar que toda essa realidade recuperada e por nós a seguir exposta, restará doravante examinada pelas lentes analíticas da “invisibilização”, categoria que parte da compreensão de que o Poder Público praticou atos contra os indígenas da Amazônia no sentido de torná-los invisíveis à luz das suas políticas públicas, com a deliberada intenção de não vê-los e na



determinação de um comportamento de convencer não apenas a si mesmo, mas sobretudo os próprios índios acerca da sua ausência e memória de percepção (HONNETH, 2003).

## **2. Concretização das políticas públicas de desenvolvimento econômico na Amazônia**

Desde o século XVI até o presente momento, várias foram as tentativas de desenvolvimento econômico da Região Amazônica, sempre marcada pela presença e ação do Estado, por desrespeito e desconsideração da sua população nativa, não apenas na história recente, mas, inclusive, como nota característica que remonta toda a época colonial mercantilista.

Ao chegarem à Amazônia, logo os Europeus concluíram ser a parte mais fantástica do continente americano e já perceberam terem nas suas mãos o contexto apropriado para o desenvolvimento do mercantilismo que, posteriormente e no plano econômico, evoluiu para articulações capitalistas, fulminando no campo político e cultural com a dominação colonial ibérica. Não se desconhece que encontraram na região povos originários que tinham por mérito não esgotarem suas “potencialidades imaginárias”, exercendo sobre elas a cobiça internacional econômica que fez emergir uma tensão civilizatória que transborda épocas entre natureza e cultura; entre impulsos de desenvolver e preservar a Amazônia; ou ainda, de render-se à impossibilidade de transformá-la (FREITAS & SILVA, 2000).

O uso recorrente do discurso de incorporação de terras, defesa de fronteiras e preservação de riquezas no espaço Amazônico, deve ser considerado em sua relação com o processo de expansão do capitalismo português em território Brasileiro, na medida em que o povoamento migratório daquela região -

iniciada no transcorrer dos séculos XVII e XVIII - ocorreu a partir de Recife e Salvador, com o deslocamento lusitano para o fim de afastar concorrentes ingleses, holandeses e franceses, que se apoderavam das “drogas do sertão”, assim entendidos os recursos naturais da canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras e salsaparrilha (CARDOSO & MULLER, 1977).

Diante desse movimento de defesa, surgem São Luís do Maranhão, Belém do Pará e Macapá, no extremo norte; assim como Manaus, no encontro dos rios Negro e Amazonas, todos erigidos à condição de núcleos fortificados que irão se reunir com alguns aldeamentos indígenas e também colonos, engajados nas diretrizes do governo de Lisboa que visava a coleta das “drogas dos sertões” e ainda seu cultivo, apossando-se definitivamente dessas áreas que, originariamente e nos termos do Tratado de Tordesilhas, desde 1494 pertenciam à Espanha. Sabidamente, noticiada linha de povoamento restou basicamente lastreada numa ação militar em prol das terras potencialmente produtivas (CARDOSO & MULLER, 1977).

Com a expulsão dos Jesuítas da Amazônia, a partir de 1759 inicia-se a produção racional e organizada das “drogas do sertão” sob a gestão conhecida como Diretório Pombalino, por conta das medidas aplicadas pela Metrópole Portuguesa por intermédio de uma espécie de “agência de desenvolvimento estatal” conhecida na época como Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, não mais se recorrendo ao braço religioso para povoamento e arregimentação da força de trabalho indígena na região, embora outras ordens religiosas, mais dóceis aos desígnios do Estado Português, continuassem benvindas.



Alterando a dinâmica anterior voltada unicamente à extração de produtos naturais, ressalta-se, nesta segunda fase, cultivo do cacau, como produto destinado à exportação. Essa alteração extrativista configura nova etapa de ocupação Amazônica, imposta, mais uma vez, a serviço das demandas do mercado ascendente de tal produto no continente europeu e, assim, há uma ênfase da atividade agrícola Amazônica, implicando insistentemente na ocupação das áreas de várzea quando os barcos vinham de Belém, entravam pela foz do rio Amazonas e subiam até os rios Madeira e Purus, regiões de ocorrência do cacau nativo que se encontrava dentro da floresta, cujas sementes restaram colhidas e levadas para serem cultivadas em toda várzea do rio Amazonas (RODRIGUEZ, 2017).

Até o tempo acima destacado, o território Amazônico integrava unidade político-administrativa diversa da do restante do Brasil, o que só mudará após a independência da Colônia Brasileira (1822), conquanto o Grão-Pará somente restou incorporado ao Brasil em 11 de agosto de 1823, quando tropas capitaneadas pelo Almirante inglês John Pascoe Greenfel assassinaram vários paraenses, entre eles nativos que se encontravam em conflito com os portugueses (SOUZA, 2006).

Na segunda metade do século XIX, sob os impactos das necessidades oriundas daquela conhecida como segunda Revolução Industrial, a necessidade da borracha selvática voltará às atenções do expansionismo capitalista para Amazônia de forma marcante, obtendo a exportação da borracha expressividade econômica sem precedentes para a região. O ano de 1850 é considerado, pela maioria dos autores, como início da sua extração em escala comercial, face à fama que foi adquirindo nos mercados europeus e norte-americano o vegetal cientificamente qualificado por

*hevea brasiliensis*. O aumento da procura conduziu o processo de interiorização dos seringais, tangido pelos interesses das casas comissárias de Manaus e de Belém. Desde o Pará até o baixo Amazonas, a raia dos seringais foi penetrando nos rios formadores do alto Amazonas, Madeira, Purus e Juruá. (MATTOS, 1980).

Como registrado na história, o ano de 1912 marca o declínio da economia gomífera, tendo noticiado surto econômico legado ao espaço Amazônico o surgimento de duas grandes cidades – Manaus e Belém –, motivando ainda a aceleração do povoamento migratório na região, bem como a consolidação, pela intensa navegação de todos os afluentes de conhecimento na Amazônia Brasileira (MATTOS, 1980).

O impacto socioeconômico desastroso do retraimento do mercado da borracha, substituído por plantações oriundas de sementes amazônicas biopiratedas para Malásia, Indonésia e Índia, conduz a Amazônia Brasileira - por absoluta falta de opção – ao reingresso dela na era do extrativismo predatório e do cultivo de outros vegetais exóticos, entre os quais a juta (*corchorus capsularis*) originária de Bangladesh, que configurou um capítulo da economia regional durante alguns anos. No entanto, e à míngua de uma política agrícola voltada para as especificidades da região, inexistência de crédito bancário e assistência técnica especializada, associadas às condições subumanas dos coletores amazônidas e ao advento das fibras sintéticas, levaram a jiticultura pelo mesmo caminho da desvalorização ocorrido com a borracha, resultando em outra enorme frustração com o breve plantio de pimenta-do-reino (*piper nigrum*), também uma espécie trazida da Índia e do sudeste asiático na época da colonização (FONSECA, 2011).



Importa complementar que o plantio de pimenta-do-reino, aliado à jiticultura e como fator importante da economia regional na primeira metade do século XX, igualmente fracassou por ataque de fungos, para pontuar precisa crítica às políticas públicas de desenvolvimento agrícola implantadas em boa parte do século XX, uma vez que tais programas nunca se voltaram, robustamente, para espécies da biodiversidade regional e em sintonia com as atividades produtivas das populações tradicionais, tendo nossos governantes abandonado as espécies nativas e introduzido organismos exóticos para serem cultivados no meio da floresta, bioma esse que notoriamente abriga a maior diversidade biológica do planeta (FONSECA, 2011).

Todo esse movimento produtivo em direção à Amazônia sempre veio acompanhado de uma visão geopolítica integracionista, fortemente vinculado ao povoamento e desenvolvimento econômico da região incitado pelos governos federais. Bem por isso e no intuito de legitimar o Estado Novo - instaurado com o Golpe de 1937 -, Getúlio Vargas veio visitar a região, estando entre 06 e 14 de outubro de 1940 percorrendo os Estados do Pará e Amazonas (ANDRADE, 2010).

Em razão da retórica apropriada à conjuntura política do período, impera a concepção de integração e desenvolvimento para região, intencionada a angariar apoio e adesão popular ao projeto político varguista, embora evada do velho preconceito de superioridade do modo de vida dito civilizado das regiões mais avançadas tecnologicamente em face da tradição civilizatória dos povos da floresta, isso conferido desde o programa “Marcha para Oeste” (1938), reforçado pelo tom de desbravamento e dominação da natureza constante no “Discurso do Rio Amazonas”, proferido por Getúlio Vargas no dia 10 de

outubro de 1940, na cidade de Manaus-AM (ANDRADE, 2010)

Foi somente no segundo governo Vargas, eleito democraticamente para governar o Brasil entre os anos 1951 a 1954, que o prometido olhar do governo central torna-se efetivo por meio de um Programa Oficial de Políticas Públicas disciplinado na Lei Federal nº 1.806/1953. Nela, por sua vez e depois de sete anos da promulgação do vigente Texto Maior, se regulamentava o comando normativo descrito no art. 199 da Constituição de 1946, o qual determinava à União aplicação na região de quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

No mesmo diploma regulamentador e normativo também constava uma estratégia geopolítica de integração e desenvolvimento por meio da definição de Amazônia Legal, instituição do Plano de Valorização para a região (PVA); previsão do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia (FVEA); criação de um sistema de crédito bancário específico; bem como criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (MATOS, 1980).

Essa iniciativa de valorização econômica, na corrente linguagem da época, tinha a missão de superar o dramático problema da pobreza endêmica na vasta região, enxergada apenas sob o viés financeiro e sem levar em consideração o estilo de vida dos povos da floresta. Os impactos desses financiamentos foram sentidos na década de 60, com a renovação da frota do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP); extinção do SPVEA e criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A (BASA); implantação dos sistemas de energia elétrica de Manaus e Belém; esquadramento das ligações





rodoviárias, com início das obras Belém-Brasília (BR-010), Pará-Maranhão (BR-316) e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364) (RIBEIRO, 2006).

Sem qualquer espécie de consulta, ou mesmo outra forma de participação na tomada de decisão por parte das respectivas populações tradicionais, temos a partir de 1964 na Amazônia formação de toda a estrutura administrativa de órgãos de fomento, obras de infraestrutura e políticas públicas voltadas para o incremento econômico sendo aprimoradas no governo ditatorial dos militares, sob o lema “integrar para não entregar” e como resposta à cobiça internacional, que era vista como latente ou ostensiva em relação à região a partir da leitura que se fazia sobre projetos científicos que buscavam atuar na Amazônia à margem dos centros de pesquisa brasileiros, como foram os casos do Projeto do Centro de Trópico Úmido da Academia de Ciências de Washington-EUA e Projeto do Grande Lago Amazônico do *Hudson Institute* (RIBEIRO, 2006).

A visão integracionista e de fomento econômico, desenvolvidas à margem dos interesses indígenas e demais populações tradicionais da Amazônia, se expande na década de 70, principalmente com a construção da BR-319 (Manaus-Porto Velho) e BR-174 (Manaus-Boa Vista); transformação do antigo SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, além de diversas outras medidas, tais quais:

- a) I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), em que se priorizava a integração física com o Nordeste pela construção da Transamazônica (BR-230);
- b) Programa de Colonização e assentamento para Rondônia, implementado pelo INCRA, aliando nova leva de imigrantes, desta vez

não somente nordestinos, mas originários do Centro-Oeste e Sul do país;

- c) Instituição do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) pelo Decreto-Lei n. 1.376/1974;
- d) Programa de Integração Nacional (PIN) pelo Decreto-Lei n. 1.106/1970, assim como o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) pelo Decreto-Lei n. 1.178/1971; e
- e) Criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) pelo Decreto-Lei n. 288/1967, criando um polo industrial no epicentro da região e graças aos incentivos fiscais concedidos (BENCHIMOL, 2009).

Destacam-se, ademais, no final ainda da década de 70 e início dos anos 80, a construção das hidrelétricas de Tucuruí-PA e Balbina-AM, assim como exploração mineral na Serra dos Carajás, marcadamente devastadoras da floresta e prejudiciais aos modos de vida daqueles que imemorialmente habitaram a região, razão pela qual teve início nesse mesmo período a forte pressão dos movimentos ambientalistas internacionais, especialmente após morte de Chico Mendes (1989) que denunciava o desmatamento descontrolado, gerado pela política desenvolvimentista até então incentivada para a Amazônia, fator a seguir tratado e com mais vagar.

### **3. Embates ideológicos, bases de sustentação e cenários econômicos contemporâneos na Amazônia Brasileira**

As correntes desenvolvimentista e ambientalista passaram a disputar há pouco mais de quarenta anos – desde Estocolmo (1972), mais precisamente –, a influência sobre os processos políticos decisórios dos estados modernos no cenário mundial.



Própria dos países de industrialização tardia, os apontados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento entendem necessário priorizar incondicionalmente o seu crescimento econômico como forma de combater a pobreza, representando a preocupação ambiental e restrição aos (ab)usos dos recursos naturais um freio a essa espécie de desenvolvimento.

A Convenção de Estocolmo (1972) é vista como o marco do Direito Ambiental Internacional, sendo o momento em que a preocupação com a questão ambiental atinge os holofotes e atenção do mundo como questão de interesse de toda humanidade.

Porém, sob a perspectiva desenvolvimentista e na época embrionária daquela Convenção, a compreensão era de que os problemas ambientais restaram originados da pobreza, emergindo essa matriz social como a principal fonte de poluição do planeta; e que dispor de mais alimentos, habitação, assistência médica, emprego e condições sanitárias tinha mais prioridade do que reduzir a poluição da atmosfera. Por isso então que o desenvolvimento econômico não poderia ser sacrificado por considerações exclusivamente ambientais, dado que essa preocupação poderia prejudicar as exportações dos países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento (FEITOSA, 2018).

A ideologia desenvolvimentista que embasou as políticas públicas no Brasil, principalmente na Amazônia e sem nenhum contraponto até meados dos anos 80, teve como seu ápice empreendedor a visão geopolítica Pan-Amazônica da ditadura militar, perdurando ainda após a redemocratização e particularmente no governo Sarney de 1985 a 1989. Ocorre que a gravidade da situação Amazônica - gerada em nome do desenvolvimento econômico e à margem da preocupação

com seus povos originários - expôs a dinâmica seguida pela inconsequente degradação, em razão das seguintes e principais políticas públicas desenvolvimentistas:

a) hinterlândia Amazônica afetada pela devastação florestal, especialmente por conta das estradas de integração nacional que cruzam a Hiléia;

b) agravamento desse cenário por conta da complementaridade existente entre a utilização de estradas de integração nacional e a política de incentivos fiscais à agropecuária;

c) e devastação florestal ocorrida ao final dos anos 70 e durante toda a década de 80, em face da política de colonização viabilizada pela malha viária na região (rodovias Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho e outras), que não fica mais restrita às florestas de transição, atingindo agora o fantástico estoque de recursos naturais existentes na Região (RIBEIRO, 2006).

A conflituosidade e tensão social resultantes dessa política desenvolvimentista levada a efeito notadamente pelos militares, se de um lado veio contribuir para a expansão demográfica da fronteira agrícola, pecuária e mineral, assim como criação de novos centros de produção industrial; de outro originou o surto de muitos embates por apropriação de território, disputas de posse com populações ribeirinhas e invasões de terras indígenas. Não bastasse tudo isso, o impacto ecológico da devastação da floresta sobre tais áreas tornou-se crítico e ainda insustentável, especialmente nos biomas de transição do cerrado para a mata densa, por intermédio da ocupação por grandes fazendas pecuárias, em função dos incentivos fiscais e colaboração financeira proporcionados pela SUDAM e FINAM, tudo agora potencializado pela intensificação dos assentamentos de



colonos e trabalhadores sem-terra da reforma agrária (BENCHIMOL, 2009).

Diante dessa incontrolável problemática social e já com viés intercultural, o debate deixa de ser circunscrito ao nicho acadêmico-científico e ganha espaço na grande mídia nacional com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, ao final do ano de 1988 e fato considerado um divisor de águas na história da Amazônia, uma vez que foi a partir daquele covarde homicídio que governo brasileiro passou a sofrer intensa pressão, inclusive internacional, para reavaliar suas políticas públicas destinada ao desenvolvimento da Amazônia e assim proteger suas populações tradicionais (PEIXOTO, 2009).

A ideologia ambientalista, em franca oposição ao desenvolvimentismo econômico desenfreado e também apropriada pelo movimento indígena no Brasil como política de defesa étnica, alerta para o colapso iminente do mundo marcado pelo consumismo e produção em massa, sendo necessária a imposição de limitações para combater a super exploração dos recursos ambientais, assim como evitar a poluição, uso das toxinas e interação destes com demais fatores antrópicos que se tornam responsáveis por transformar o Planeta Terra em uma verdadeira bomba-relógio, estando as presentes gerações consumindo as reservas futuras de modo insustentável (AMADO, 2017).

Em 1982, o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, estimou 1991 como o ano da total dizimação da biodiversidade Amazônica, caso se seguissem as taxas de desmatamento da Amazônia Legal verificadas no período de 1975-1978, auge daquela aplicação ideológica desenvolvimentista (FEARNSIDE, 1982). Felizmente aqueles índices se arrefeceram e o anunciado desastre não aconteceu, mas a conjuntura predatória ainda persiste e com

índices bem menores, razão pela qual e antes da vigência da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no ano de 2000, por pressões ambientalistas nacionais e internacionais, passou-se a repensar o nosso planejamento territorial Amazônico e se percebeu uma substantiva proliferação por aqui de áreas protegidas (MILIKAN, 1998).

Realmente isso já acontecia timidamente na região desde 1985, quando os Estados que compõem a nossa Amazônia Legal se engajaram no processo de implantação de algumas Unidades de Conservação da Natureza. Entre 1990 e 1994, houve um aumento expressivo principalmente na criação das unidades estaduais, como ocorreu especialmente em Rondônia e graças às exigências do POLONOROESTE e do PLANAFLORO, dois programas de desenvolvimento sustentável financiados pelo Banco Mundial (MILIKAN, 1998). Por sua vez, o Governo Federal e a partir do ano de 1999 dedicou-se à ampliação das áreas protegidas na Amazônia como forma de atender às metas de conservação da biodiversidade assumidas pelo Brasil no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) (VERÍSSIMO, 2011).

Se por um lado houve progresso tanto no número de unidades de conservação quanto no incremento do aparato normativo respectivo, além da importante criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); no mesmo início do século XXI constatou-se o avanço da fronteira agrícola, exploração madeireira e conversão de áreas de pastos para impressionante aumento do rebanho bovino, além de se estimar que metade das propriedades individuais na região tenham algum tipo de irregularidade fundiária (PEIXOTO, 2009).

Acerca do assunto, avalia-se o legado de tal embate – podendo ser resumido entre extremos, um com ênfase na





preservação/conservação e outro no crescimento econômico – com foco nos seguintes e próprios modelos:

- a) paraense: uso dos recursos minerais, hidrelétricos, florestais, agropecuários e pesqueiros;
- b) da expansão agrícola (campos naturais de Roraima e Humaitá) : destruição de ecossistema para plantação de grãos;
- c) amazonense : incentivos fiscais para importação de insumos no uso intensivo de tecnologia de países avançados (eletrônica, micromecânica, informática e robótica); e
- d) acriano: turismo, extrativismo, agricultura e aquicultura de pequena escala (FONSECA, 2011);

A despeito dos erros e acertos, tem-se por discernimento já apontar nesta quadra de século os dois primeiros modelos citados como provocadores de alteração ostensiva dos ecossistemas primitivos e geradores de conflituosidade social em grande escala, restando os dois últimos como de baixa interferência sobre a biodiversidade, embora comum a todos o fato de não conseguirem equacionar a viabilidade econômica a longo prazo, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

De todo esse apanhado histórico, dos remotos aos mais recentes acontecimentos, há inequívoco legado de mazelas sociais originadas dos modelos de desenvolvimento aplicados à região, principalmente atingindo populações indígenas, desde os grandes polos minerais e energéticos até se chegar às frentes agropecuárias de expansão, resultando não no progresso econômico prometido, mas em concentração de riqueza e agravamento da desigualdade social. Não sem propósito que à par desse nítido descompasso entre as políticas desenvolvimentistas direcionadas

a região e suas desigualdades gestadas durante esse processo para a população local, acompanhou também a lógica da exclusão social, uma vez que não vem ocorrendo de forma eficiente e na relação do homem com a natureza, a partir de um sistema planetário comprometido com os princípios étnicos, culturais, políticos e sociais (BARROSO, 2011).

As diversas populações da Amazônia, a exemplo do Brasil e com gastos públicos que foram usufruídos por grupos econômicos seletos ao longo de cada uma das épocas acima explicitadas, não alcançaram o estágio de usufruir proporcionalmente do que é extraído de seu território pelos agentes do capitalismo, isso desde a época da colônia até o alvorecer deste século XXI, sendo patente a concentração de renda na Região, a impedir oportunidade do povo amazônida de reduzir os altos índices de desigualdades que por lá afloram.

Assim, os desafios de desenvolvimento (seja ele econômico ou social) ainda são maiores hoje, na complexa sociedade pós-moderna e dita globalizada, num mundo cada vez mais interligado, onde o discurso socioambientalista (fruto da aliança entre os movimentos ecologista e social) estabelece algumas pautas para atuação das políticas pública Amazônicas a fim justamente de frear ou parar o desflorestamento, aproveitando áreas antes desmatadas; promover o manejo florestal em benefício das populações locais; desenvolver os usos múltiplos dos recursos florestais pelas populações tradicionais que exercem legitimamente a posse dos seus territórios e desencorajar a adoção da criação de gado pelos agricultores, quiçá substituindo essa atividade por sistemas agroflorestais (LENÁ, 2002).

Esse ideário socioambiental tem por escopo sustentar políticas públicas ambientais que devem incluir e envolver as



comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas costumeiras de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, o equilíbrio entre as espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social, contribuindo também para a redução da pobreza e das desigualdades humanas, promovendo por fim valores como justiça social e equidade. (SANTILLI, 2005).

Com tais premissas, depara-se com a difícil tarefa de desenvolvimento regional, onde teremos que conjugar o uso sustentável dos recursos naturais sob a égide de uma ética ecológica, social e econômica, a garantir proteção do ser humano típico da Amazônia e da biodiversidade própria dessa especial parte do território brasileiro.

Esse feito na região representaria uma total mudança de paradigma civilizatório, na medida em que nenhum dos ditos países de economia avançada se desenvolveu com a sua floresta de pé, não havendo uma fórmula para tal desiderato até o presente momento, inobstante debates e tentativas de tornar mais concreto possível o abstrato conceito de desenvolvimento sustentável, considerando ainda que a Amazônia Brasileira jamais recebeu investimentos à altura do desafio da sua sustentabilidade, como visto até agora neste arrazoado.

Aliado a tudo isso, parece que a recusa em aprender com os erros do passado, porquanto os investimentos da atual década do orçamento federal, marcado por enormes obras de infraestrutura e grandiosos eventos sobre a conhecida sigla de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mostram-se pelos recentes noticiários de prisões e formalização de acusações contra os dirigentes da cúpula

das maiores empreiteiras do país (operação Lava-Jato e seus desdobramentos) que eram muito mais destinados a favorecer um nicho empresarial específico e corrupto do que interesse público, destacando-se a gestão desses impactos socioambientais na região altamente questionáveis sob o ponto de vista da sua eficiência, a exemplo do que aconteceu com as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio-RO, Jirau-RO e principalmente Belo Monte-PA.

Os modelos de planejamento até hoje utilizados ainda não foram suficientes na tarefa de promover justiça social aos povos da Amazônia e prudência ecológica em relação ao futuro da humanidade, tendo como parâmetro de enfrentamento a questão do desenvolvimento sustentável, pensado e preconizado por mais de 30 anos no âmbito do “Relatório Brundtland” – Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1987). No entanto, outras abordagens e modos de lidar com as inquinadas dificuldades, vem sendo concebidos ao menos no plano teórico, como no caso da institucionalização de ciências multiculturais em alternativa ao velho modelo de ciência moderna, com a configuração de um amplo campo de novos desafios aos produtores de conhecimento científico e aos gestores de ações de desenvolvimento social (MOURA *et al*, 2010)

Em contraposição à racionalidade ancorada nos paradigmas dessa modernidade que aspira cientificidade fundada num tecnicismo meramente formal, cada vez mais afastada dos valores sociais, que direcionou a humanidade para essa denunciada super. exploração de recursos naturais e desequilíbrio dos ecossistemas vivos (LEFF, 2001), emerge então o projeto do desenvolvimento sustentável também apropriado pelos povos originários da Amazônia, como alternativa legítima deles para estabelecimento de uma narrativa



intercultural que Morin (2010) chama de “pensamento multidimensional”, procurando firmar o entendimento de que a questão ambiental naquela região, compreendida na sua totalidade integradora do conjunto e somando ainda elementos que os compõem, mediante a consideração conjunta de sua dinâmica interna e sua funcionalidade externa, aliando os fatores sociais e ambientais numa complexa rede de interação (SANTOS, 2000).

Nessa senda articulada e já entreaberta, supera-se a retórica capitalista do conflito “homem X natureza”, tantas vezes propalada ao longo dos projetos de desenvolvimento Amazônico supracitados, por estarem alicerçados justamente no pensamento acadêmico tradicional. O caminho a ser doravante trilhado deve necessariamente se valer de um novo paradigma, onde se lida com uma questão extremamente complexa e a partir dessa concepção, devemos procurar ter a exata percepção e algoritimização dos variados graus de integração nesse contexto de pluralidade, baseado numa sociedade formada pelos povos da Amazônia (aí incluídos indígenas e demais populações tradicionais) e o seu conjunto ecossistêmico respectivo (rica e única biodiversidade).

Tendo-se em linha de conta ciência e tecnologia como essenciais nesse processo de sustentabilidade, inegavelmente a Amazônia se apresenta como último espaço do planeta onde se pode implantar um modelo de sociedade baseada no uso racional da biomassa, não significando isso um retrocesso aos modos ancestrais de vida ou à infância da espécie humana, mas sim à decisão de criar uma sociedade moderna e sofisticada por meio de um processo que seja ambiental, socialmente benéfico e nitidamente mais justo (FONSECA, 2011).

Em face dessa complexidade Amazônica, notável pela profusão de saberes

tradicionais e valiosa biodiversidade, com base ainda no atual estágio do conhecimento científico, essa esperança no porvir poderá representar uma ruptura do modelo de desenvolvimento insustentável (mormente na produção-consumo alicerçada nos combustíveis fósseis), substituindo-se ela pela sociedade da biomassa, quiçá com matriz econômica calcada em um polo de bioindústrias de alta tecnologia voltado para manufaturar bioprodutos com alto valor agregado (FONSECA, 2011).

Essa necessidade de fomento à bioindústria (fármacos, alimentos, cosméticos etc.) já foi cogitada com entusiasmo pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Pará, explicando que a implantação de instrumentos biotecnologicamente avançados, como as biofábricas, representarão um salto considerável na propagação de espécies vegetais de interesse comercial, atendendo a demandas reprimidas por matéria-prima em todos os segmentos produtivos do setor e permitindo a geração de insumos de qualidade e em quantidade suficiente (FIÚZA, 2016).

Em que pese possível material e cientificamente, obviamente que os interesses nacionais e internacionais deverão convergir para formação do ambiente institucional que permita a concretização das perspectivas antes vislumbradas. Entretanto, e nesse momento da história, cabe na Amazônia o reforço urgente do investimento em educação, ciência e tecnologia para suficientemente garantir o uso adequado e racional de sua biodiversidade, aproveitando o potencial contido em seu ecossistema, com a participação direta das suas populações tradicionais na pesquisa e exploração desses recursos naturais.

Mas como advertido por Medina e Santos (1999), essa atual fase da educação



necessariamente deverá liberar-se da fragmentação imposta pelo antigo paradigma positivista econômico e sua racionalidade instrumental, bem como de seus estreitos pontos de vista, devendo ser atualizada em relação ao conhecimento produzido pelos mais importantes cientistas, artistas e humanistas de nossa época, unindo forças com outras instituições sociais e notadamente com os povos da Amazônia, visando à construção de um mundo mais igualitário e sustentável ecologicamente.

A história ensina, não com erros propriamente ditos, mas com a correção dos caminhos equivocadamente tomados, razão pela qual os amazônidas não podem permanecer a reboque unicamente dos interesses econômicos. Nesse ponto, o papel do Estado - como agente de fomento e promoção do conhecimento - se torna de importância estratégica na indução de políticas públicas que permitam o domínio da informação por todos e a respectiva utilização para fins de melhoria da qualidade de vida, ainda de caráter comercial e sem virar as costas para os povos da Amazônia, possibilitando maneiras que eles não apenas testemunhem passivamente essa mudança qualitativa, mas que se tornem protagonistas e se valham legitimamente dela também como agentes econômicos usufruidores da riqueza nacional.

#### **4. Produção indígena na Amazônia: um breve estudo de caso do Estado de Roraima.**

Até aqui, a ideia era recuperar por poucas linhas as políticas oficiais desenvolvimentistas levadas a efeito em território Amazônico, desde a nossa colonização e assim firmar convicção de que seus povos originários passaram à margem de toda essa discussão, ora sendo explorados na condição de mão de obra escrava, ora sofrendo todo o influxo de uma

política nitidamente assimilacionista e econômica, com viés de acumulação de capital nas mãos de poucos e forte numa terrível danificação ambiental.

Em qualquer dessas hipóteses, e como antes relatado, essas populações tradicionais não foram ouvidas e nem diretamente beneficiadas pela exploração das suas riquezas naturais à míngua da iniciativa dos próprios Agentes do Estado, ficando no ar a sensação implantada de que de fato são incapazes de produzir bens de consumo para o mercado, sem embargo da reconhecida eficiência da sua agricultura tradicional para sustento próprio e extrativismo de subsistência.

Ao final do item anterior, se anunciaram alternativas econômicas e de sustentabilidade ambiental que podem mudar os rumos desse caráter predatório e ainda discriminatória socialmente, havendo uma possibilidade futura de acerto civilizatório entre aqueles que se interessam por explorar economicamente esse peculiar espaço do planeta.

Malgrado toda essa tentativa de alijar as populações tradicionais da Amazônia do seu processo produtivo, exemplos e números dessa participação atualmente estão disponíveis para serem analisados, como se eles deixassem a invisibilidade social para se apresentarem ao mercado como valorosos e ativos agentes econômicos. Pensar sobre isso agora é possível, tendo-se por parâmetro o que ocorre com as populações indígenas no contexto do processo produtivo do Estado de Roraima, um dos mais novos Estados da nossa Federação.

Transformado com a Constituição Federal de 1988 em Unidade Federada, Roraima se encontra em nossa Região Amazônica e mais ao norte do Brasil. Inobstante essa condição geopolítica, essa novel Entidade Federada indiscutivelmente se credencia como um imenso laboratório social





justamente porque apresenta o maior (e oficial) índice de participação indígena na sua composição populacional, sendo que 6,1% dos pesquisados se declararam espontaneamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como amarelos ou índios, numa população que se estimava em 2010 de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes<sup>1</sup>.

Acontece que números igualmente oficiais disponibilizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e verificados *in locus* pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), indicam que em Roraima deve haver algo próximo de 60.000 (sessenta mil) índios atualmente, ou seja, 12% da população estimada para o mesmo Estado e percentual duas vezes maior do que aquele divulgado pelo IBGE no ano de 2010, distribuída entre as 10 (dez) etnias diferentes e ocupando legalmente as 33 (trinta e três) terras indígenas já reconhecidas<sup>2</sup>, a ocuparem 46,2% (quarenta e seis vírgula dois por cento) de todo o território estadual, se colocando como a segunda Unidade Federada da Região Norte com o maior número linear de indígenas do Brasil (IBGE – Diretoria de Pesquisas, 2012).

A explicação corrente para tal distorção fica na conta do preconceito generalizado e a vergonha de se declarar índio no Brasil. Mas não resta dúvida que proporcionalmente Roraima é o estado mais indígena do país, sob qualquer índice que se eleja e com base em qualquer pesquisa que se faça, pois basta circular

<sup>1</sup> A síntese dos indicadores sociais para 2010 do IBGE apontou ainda em Roraima que 19,9% se declararam brancos, 7,5% pretos e 68,8% pardos, sendo que grande parte desse último grupo descende das etnias indígenas do Estado (IANNARELLI, 2012).

<sup>2</sup> Dentro desses territórios, convivem índios das etnias Yanomami, Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Wai Wai, Waimiri Atroari, Yecuana, Patamona, Taurepang e Saporá.

somente em Boa Vista para se perceber a grande ascendência indígena na formação da sua população<sup>3</sup>.

Então, não pode e nem deve essa Unidade da Federação negar sua natureza multiétnica e intercultural, muito menos fugir das suas reais características, porquanto os primeiros registros levados a efeito inclusive pelo Governo Brasileiro sempre fizeram referência ao grande número de indígenas que ocupam todo o Vale do Rio Branco<sup>4</sup>, região ora abrangida pelo Estado de Roraima e historicamente comprovada em projetos de pesquisa de variadas especialidades<sup>5</sup>.

Sem adentrar nas razões históricas dessa configuração, os povos indígenas de Roraima sempre participaram na produção econômica do Estado, não fugindo muito dos modelos antes descritos e por nós criticado em face da invisibilização a que foram submetidos, mas certamente se

<sup>3</sup> Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, apresenta porcentagem muito alta de índios, certamente a maior do Brasil, aquilatável empiricamente com mero passeio pelas suas ruas para estar constantemente cruzando com “caboclos”, como são chamadas de forma imprópria e depreciativa as pessoas de ascendência pré-colombiana (FERRI, 2009).

<sup>4</sup> O Vale do Rio Branco se confunde com a extensa região que margeia rio do mesmo nome, forma pela confluência do Rio Uaricoera, que desce as encostas da Serra de Pacaraima em sentido sudeste até encontrar com o Rio Tacutu, percorrendo a partir daí mais de 800 quilômetros no sentido norte-sul, até desaguar na margem esquerda do Rio Negro. O Rio Branco foi descrito historicamente como a única via de acesso e o grande responsável pelo desenvolvimento econômico do extremo norte do Brasil (VIEIRA, 2007).

<sup>5</sup> Farta documentação produzida na época da colonização e que trata especificamente da ocupação do atual território de Roraima restou espiciada nos trabalhos acadêmicos de FARAGE (1991) e SANTILLI (1994 e 2001), confirmada ainda no início do século XX pelos relatos de viagem de KOCH-GRUNBERG (2006) que ajudam a provar com riqueza de detalhes a densidade populacional indígena da região.





encontram entre os primeiros povos originários a se alinharem por conta própria com os modos de produção capitalista e com o fito de fornecer insumos ao mercado local, se adaptando desde meados do século XVIII às suas exigências quando restaram forjados como vaqueiros de gado dentro das assim denominados “Fazendas Imperiais”, concebidas pela Coroa Portuguesa nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e Guiana, muito mais com o escopo de se formar “muralhas humanas” de proteção contra invasões externas do que propriamente se estabelecer um ciclo produtivo e sustentável de carne para alimentar os colonizadores da região (FARAGE, 1991).

Como essa prática pecuária acabou se integrando à cultura principalmente das etnias Macuxi, Wapichana e Ingarikó, povos que predominantemente ocupam as Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, eles se tornaram com o passar do tempo grandes pecuaristas, acumulando somente no âmbito daqueles dois territórios aproximadamente 80.000 (oitenta mil) cabeças de gado, se transformando atualmente no maior e mais sustentável rebanho bovino privado do Estado de Roraima<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Esse número estimado e atual partiu de levantamento feito pelas próprias Organizações Indígenas, particularmente pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM). No entanto, o órgão de controle Estatal, no caso a Agência de Defesa Pecuária de Roraima (ADERR), fechou 2018 garantindo ter vacinado somente naquele ano e dentro das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, o montante de 50.437 (cinquenta mil, quatrocentos e trinta e sete) cabeças de gado bovino, mesmo reconhecendo não ter encontrado todo o rebanho lá existente em razão do difícil acesso nalgumas partes, apenas possível de se chegar por via aérea. Não bastasse essa última ressalva, aquela Agência de Defesa Pecuária registrou no mesmo período vacinas de outros 33.658 (trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito) animais, tais como suínos, ovinos, caprinos,

Essa anunciada sustentabilidade não escorre apenas do âmbito ambiental, mas sobretudo do campo social e a caracterizar um autêntico “socioambientalismo Amazônico”. Melhor explicando, convém esclarecer que grande parte das áreas abrangidas pelas Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, contíguas na sua extensão, são compostas por extensos campos naturais, na forma de savanas regionalmente conhecidos por “lavrados”, razão pela qual muito bem se adaptaram na região os rebanhos bovinos introduzidos pelos colonizadores portugueses na última quadra do século XVIII, contando ainda com a vantagem de não precisar do desmatamento (SILVEIRA, 2010).

As populações indígenas habitantes desses “lavrados”, que num primeiro momento acabaram forçadamente cooptadas para cuidar dos primeiros rebanhos oficiais, com o tempo desenvolveram apurada técnica e capacidade de manejo com a criação extensiva do gado naqueles pastos naturais, constituindo a partir da década de setenta do século passado rebanho próprio e coletivo, a fim de não apenas manter o equilíbrio alimentar dos moradores comunitários como ainda atender as necessidades comerciais do Estado (VIEIRA, 2007).

Atualmente, e sem prejuízo da produção para consumo próprio, aqueles indígenas são responsáveis por grande parte do fornecimento de carne para o mercado local, produzindo excedentes e ajudando na alimentação de toda a população roraimense, se consolidando há muito tempo como os maiores pecuaristas do Estado, já dominando técnicas de inseminação artificial, manejo apropriado em regime de semi confinamento e apurado cuidado com o sistema integrado de vacinação.

---

equinos e asininos (ADERR, FUNAI & MAPA, 2018).



Tais atividades produtivas sempre foram do conhecimento estatal, em todas as suas esferas de administração, mas por muito tempo não representadas nas estatísticas oficiais e muito menos objeto de políticas públicas voltadas para sua manutenção sustentável ou ainda incremento no respectivo ciclo produtivo. Esse foi o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol que, à época em que estava ocupada irregularmente por rizicultores, não faltaram incentivos (fiscais e de infraestrutura) para aqueles não índios e nas suas mais variadas ordens, para lá dentro produzirem. Passados 10 (dez) anos da desintrusão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), agora Raposa Serra do Sol se encontra praticamente abandonada pelos Agentes do Estado e com muitas reclamações registradas pelos nativos (COSTA, 2019).

Entrecortada por estradas de terras esburacadas e quase intrafegáveis atualmente, Raposa Serra do Sol acumula presentemente algo próximo a 25 (vinte e cinco) mil índios, distribuídos entre 222 (duzentos e vinte duas) comunidades das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingarikó, na sua grande maioria sem o abastecimento de água encanada e nem energia elétrica. Inobstante todo esse abandono estatal, naquele território se criam algo em torno de 60 (sessenta) mil cabeças de gado, além do plantio de orgânicos e, mais recentemente, a introdução da piscicultura na forma de tanques construídos próximos às comunidades (COSTA, 2019).

Mesmo aqueles rizicultores que forçadamente tiveram que deixar a área após decisão do STF reconhecem a capacidade produtiva dos indígenas e o descaso acerca deles, denunciando inclusive que Raposa Serra do Sol “caiu no esquecimento” dos nossos Governantes. Confira-se pela fala de Genor Faccio,

noticiada no início de 2019 e um dos principais produtores que antes ocupava aquela Terra Indígena, *verbis*:

O índio é tão capaz quanto nós, porém, ele precisa de incentivos e esses incentivos foram prometidos pelo governo federal na época (...da desintrusão). Só se passaram dez anos e ninguém fez nada” (COSTA, 2019).

Oportuno ainda registrar experiência mais recente e também exitosa do Povo Ingarikó em direção a esse viés produtivo quando, no ano de 2012 e próximo às comunidades que margeiam o Monte Roraima, ainda dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, instituiu o Centro de Referência de Produção Animal e Vegetal, mais conhecido como Projeto NUTRIR e configurado numa espécie de “fazenda modelo”, voltada à criação de animais e produção de frutas, grãos e verduras (SARTORI, 2019).

Mas nesse último caso, aqueles indígenas procuraram parcerias e hoje contam com o apoio Institucional da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Instituto Federal de Roraima (IFRR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Socioambiental (ISA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tudo no sentido de centrar esforços na capacitação técnica deles para tornar o projeto sustentável social e economicamente<sup>7</sup> (SARTORI, 2019).

Outra importante e recente atividade produtiva para também atender reclamos do mercado, diz respeito à introdução da piscicultura manejada dentro de lagos artificiais e no âmbito principalmente da Terra Indígena Raposa Serra do Sol que, segundo dados compilados no final do ano de 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

<sup>7</sup> Até o ano de 2018, se estima rebanho bovino de 350 (trezentos e cinquenta) cabeças, assim como de 75 (setenta e cinco) caprinos sendo criados no âmbito do NUTRIR (SARTORI, 2019).



chegam a 15,5 (quinze e meia) toneladas de peixe fornecidas conjuntamente pelas Comunidades do Uiramutã, Napoleão, Araça da Terra, Canavial, Homologação e Xumina<sup>8</sup>.

Pontuadas essas principais e necessárias informações, projetando ainda desafios e oportunidades futuras para os povos indígenas de Roraima, insta comentar que diversas comunidades tradicionais do Estado vêm elaborando e algumas já implantando seus respectivos planos de gestão territorial, em vista de uma linha teórica e ativista denominada de “etnodesenvolvimento”, com apoio técnico – entre outros – daqueles mesmos parceiros antes nominados. Alguns desses noticiados projetos se resumem ao manejo da castanha pelas Terras Indígenas Wai Wai, Yanomami e Jacamim, produção de café em sistemas agroflorestais na Terra Indígena Mangueira e ordenamento da produção agropecuária pelo Centro Regional Maturuca, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (CAMPOS, 2011).

Outro conjunto de ações planejadas e que constam da pauta nos debates dos indígenas de Roraima, se resumem na criação de marcas e certificação dos seus produtos sustentáveis (aí incluídos agricultura, extrativismo e artesanato), pagamento por serviços ambientais e mais recentemente o aproveitamento econômico do potencial turístico dentro das suas terras. Exemplificando essa última possibilidade de renda, eles discutem a exploração turística do Lago Caracaranã e Parque Nacional do Monte Roraima, dentro da Raposa Serra do Sol; sítios arqueológicos da Pedra Pintada, da Cachoeira e do

---

<sup>8</sup> Dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por intermédio da sua Superintendência Federal em Roraima e nos termos do seu Ofício nº 42/2019/SFA-RR/MAPA, datado de 15 de fevereiro de 2019.

Macaco, na Terra Indígena São Marcos; a envolver ainda suas manifestações culturais como gastronomia (damurida e caxiri), festas tradicionais (parixara e aleluia), cestarias (darruana e jamaxim), lendas (Macunaima), panelas de barro e artesanatos de um modo geral (CAMPOS, 2011).

Sem perder o mote do mercado para geração de energia limpa e sustentável, os indígenas moradores das Terras São Marcos e Raposa Serra do Sol autorizaram estudos a fim de aquilatar viabilidade técnica para fornecimento em grande escala de eletricidade eólica a partir do seu território, contando para isso com a força dos ventos que sopram regularmente pelos campos e serras que entremeiam a região. Iniciativa essa capitaneada desde o ano de 2009, com a implantação do Projeto Cruviana e através da parceria firmada entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Instituto Socioambiental (ISA) (CAMPOS, 2011).

Fica assim evidente o enorme potencial econômico que se vislumbra a partir da exploração dos recursos naturais existentes dentro das terras indígenas em Roraima, havendo disposição e também capacidade técnica desses povos originários no seu manejo sustentável. E considerando ainda que desde sempre os índios do norte do Brasil foram importantes agentes no desenvolvimento econômico da região - malgrado todo o esforço de invisibilização para incidir sobre eles e levado a efeito pelo Poder Público - oportunidades de negócio entre as sociedades indígenas e não índias se avizinham neste descortinar de século, bastando apenas boa vontade do setor público para incentivos e mediação regulamentadora.

## **5. Considerações finais**

Nos últimos anos, muitos analistas deram sua contribuição nas críticas realizadas às políticas de desenvolvimento econômico



implementadas em Território Amazônico, geradoras de desigualdades, conflitos e uso insustentável dos respectivos recursos naturais.

Pode-se afirmar, no momento histórico vivido, que a linguagem científica ambiental preconiza agora um olhar diferenciado sobre a sustentabilidade Amazônica, à luz de um pensamento mais complexo e sintonizado com a realidade regional, de maneira a respaldar criação de modelos desenvolvimentista que considerem suas especificidades sociais e culturais, a envolver direito e respeitosamente os povos originários nesse novo processo produtivo que se descortina no alvorecer do Século XXI.

Não nos cabe ser eternamente a terra do futuro, aceitar o papel de santuário intocável, ou simplesmente replicar o pensamento do capitalismo expansionista observado desde relatos dos primeiros colonizadores/exploradores que estiveram na Amazônia, passando pelos governos centrais, imperial e republicanos, que se sucederam até o presente momento e não conseguiram transformar o uso econômico do território Amazônico em benefícios sociais proporcionais aos indígenas, caboclos e demais comunidades extrativistas constituidoras da sociodiversidade regional.

Pensamos que o desafio pós-modernista que se apresenta a partir deste momento civilizatório é a empreita na construção de um modelo de Sociedade Amazônica calcado no conhecimento científico e tecnológico, a permitir eficientemente alavancar produção nativa que alcance os padrões de viabilidade econômica exigidos pelo mercado globalizado.

Esse modelo de exploração sustentável, a despeito de toda a quebra de paradigmas até em então prevaletentes, passa ser o caminho possível para que nossa Amazônia se torne efetivamente o exemplo primeiro,

na visão capitalista globalizada, de constituição de um desenvolvimento socioeconômico competente o suficiente para fazê-lo com a floresta ainda em pé, completamente adaptado à realidade e modo de vida das suas populações tradicionais, conjugando, no *mindset* da economia de mercado, conhecimento científico aliado aos saberes tradicionais associados à biodiversidade aqui encontrados.

A esperança disso ser possível ressaí conformada das experiências antes relatadas no Estado de Roraima e suas perspectivas futuras que, inobstante toda aquela invisibilização social e desigualdade econômica anteriormente induzidas pelo Estado Brasileiro, não alijaram os povos indígenas da Amazônia do processo produtivo mercantilista pois, além de não deixaram de produzir bens para consumo próprio, costumeiramente sempre forneceram mercadorias para atendimento das demandas do mercado.

Historicamente isso constatado, importa então concluir que apenas não foram levados a sério pelas políticas públicas e nem mensurados adequadamente pelos Órgãos Estatais, ficando por muito tempo no mais completo e deliberado processo de invisibilização, num movimento oficial de realmente não vê-los socialmente e nem mesmo percebê-los economicamente.





## 6. Referências bibliográficas

ADERR, Agência de Defesa Agropecuária de Roraima; FUNAI, Fundação Nacional do Índio; MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório da Agulha Oficial contra a febre aftosa 2018.2 – Roraima**. Boa Vista: SFA/RR – SIFISA-DAS, 2018.

AMADO, Frederico. **Direito ambiental**. 8. ed. Salvador: Editora JusPodium, 2017.

ANDRADE, Rômulo de Paula . Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** , Belém, v. 5, p. 453-468, 2010.

BARROSO, George Lins. Desigualdades sociais e sustentabilidade na Amazônia. Disponível:<https://georgelins.com/2011/05/10>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3 ed. Manaus: Valer, 2009.

CAMPOS, Ciro (org.). **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região**. São Paulo: ISA, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

COSTA, Emily. Raposa Serra do Sol: índios produzem, mas falta, médicos e infraestrutura após 10 anos. Disponível: <https://g1.com/rr/roraima>, 31 jan. 2019. Acesso em: 08 fev. 2019.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões – os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento da Amazônia brasileira: com que intensidade

vem ocorrendo. **Acta Amazônica**, Manaus, v.12, n.3, p.579-590, 1982.

FEITOSA, Elias. **1972: O Brasil na Conferência de Estocolmo**. Disponível em <http://gabinetedehistoria.blogspot.com.br/2013/10/1972>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? A imigração indígena em Boa Vista**. 2. ed. Goiânia: MLAL, 2009.

FIÚZA, Alex. Biotecnologia é saída para o crescimento do Pará. Disponível: <https://www.biomassabioenergia.com.br/2012>. Acesso em: 16 dez. 2018.

FONSECA, Osório. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2011.

FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da. **Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus: UFAM, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática oral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNARELLI, Thaís. **Guia mundial de estatísticas**. São Paulo: On Line, 2012.

IBGE – Diretoria de Pesquisas. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOCH-GRUNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. Vol. 1. Tradução de Cristina Albets-Franco. São Paulo: UNESP, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Velenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº1, p. 09-21, 2002.

MATTOS, Carlos Meira de. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de





Vol. 13: 33-51, 2020

- Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MILLIKAN, B. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável em Rondônia: situação atual e abordagem para um planejamento participativo de estratégias para o Estado**. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Projeto de Cooperação Técnica ao Planaflo, Projeto BRA/94/007, 1998.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MOURA, Ferreira Edila; NASCIMENTO, Ana Claudeise do; CORREA, Suelen Dávila. **Socioambientalismo e os novos mercados na Amazônia: estudo de caso com pequenos agrupamentos populacionais**. Manaus: UFAM, 2010.
- PEIXOTO, Fabrícia. Linha do tempo: entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. Disponível: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Belém: UFPA, 2006.
- RODRIGUEZ, Élcio. Sobre o cacau cultivado na várzea do Rio Amazonas. Disponível em: <http://ciliarcabeceirasdopurus.blogspot.com.br/2012>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne**. Manaus: UFAM, 1997.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da República: história política entre os Macuxi no Vale do Rio Branco**. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Pemongon patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: UNESP, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SARTORI, Oseias Cordeiro. **Implicações da invisibilização dos Ingarikó na unidualidade estabelecida pelo Parque Nacional do Monte Roraima**. Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (Doutorado), UFAM, Manaus, 2019.
- SILVEIRA, Edson Damas da. **Socioambientalismo Amazônico**. Curitiba: Juruá, 2010.
- SOUZA, Francisco Melo de. **A Amazônia Imperial**. Manaus: Aprovar UEA, 2006.
- VERÍSSIMO, Adalberto [et al]. O histórico de criação de unidades de conservação na Amazônia. VERÍSSIMO, Adalberto (org.). **Área protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON/ São Paulo: ISA, 2011.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra**. Boa Vista: UFRR, 2007.